economia = brasil

Juro não tem como cair, diz Setúbal

O empresário e diretor do Banco Itaú, Olavo Setúbal, afirmou em entrevista ao **CORREIO BRAZILIENSE** que o Brasil já não tem como recorrer a soluções simples, devido ao estágio avançado da crise econômica. Ao mesmo tempo, lembrou que uma solução complexa, só pode ser obtida pela via política, pela negociação. Setúbal também não acredita que as taxas de juros possam ser freadas a curto prazo, mesmo que o Governo consiga zerar o déficit público, porque, até que se consiga uma mudança no mercado, é registrado um longo período de inércia onde a tendência, atualmente altista, demoraria a ser alterada. E a seguinte a entrevista concedida por Olavo Setúbal:

O Sr. disse no seu depoimento que acha necessário uma negociação abrangente da nossa dívida, para retirar da vida nacional seqüências de sobressaltos que temos vivido. Em outros pronunciamentos, o sr. também tem se referido a sobressaltos, não só como uma conseqüência de problemas externos, mas também de problemas internos da nossa economia. O que o sr. acha que poderia evitar essa existência de sobressaltos?

Acho que se nós conseguíssemos montar um mecanismo de renegociação que automaticamente fizesse frente às variações de juros, de prazos, de forma que o Brasil não tivesse durante um longo período uma necessidade de renegociar dívidas no exterior, isso traria uma grande tranqüilidade ao empresariado interno e externo, porque seria a base para um planejamento econômico interno de longo prazo. Acho que o Brasil nestes últimos anos viveu o dia-a-dia da dívida, mesmo antes dela se tornar pública. Acho que, praticamente, desde o segundo choque de petróleo, isto é, desde de 1979, que o problema da dívida se tornou crucial para os países do Terceiro Mundo, inclusive o Brasil. Houve um período, que vai de 79 a 82, que a dívida se arrastou através de uma série de artifícios. O Brasil comprava produtos de que muitas vezes não necessitava, ou pelo menos não tinham grande prioridade, e, amarrado à compra, havia um financiamento do dobro do valor dessa compra. Mecanismos desse tipo, que na verdade eram artifícios para manter o sistema andando, quando ele já estava mostrando claros sinais de fadiga, levaram o Brasil até 82, quando houve a ruptura do sistema internacional.

A sua proposta de renegociação é bastante semelhante a outras que temos visto, com a diferença que ela coloca em duas etapas: primeiro, aprovar este atual acordo e depois...

E muito semelhante à proposta dos onze do PDS, que também propõe duas etapas. Porque acho que ninguém com responsabilidade pode imaginar que uma renegociação de longo prazo, com uma mudança na estrutura da dívida brasileira, possa ser feita rapidamente, com 800 bancos, bancos centrais, FMI, etc. De maneira que isso será uma renegociação que demandará tempo, planejamento, negociadores habilitados, fórum próprio, para que tudo isso leve a um resultado satisfatório. E isso não pode ser feito agora, no momento que o Brasil está atravessando, da pior crise da sua história, com reservas negativas e atrasados substanciais.

Mesmo assim, exigirá sacrifícios. Nesse caso o Governo teria condições de exigir sacrifícios da população, sem ter um respaldo político?

> *Até 1982 o Brasil comprava o que não precisava e com isso, a dívida foi feita com artifícios*

— Acho que não. A primeira negociação, que é essa a curtíssimo prazo, que está em andamento agora, já exigiu o respaldo político; o Fundo Monetário, os banqueiros internacionais, todos estão aguardando a aprovação pelo Congresso Nacional. Portanto, estão na prática, exigindo o respaldo político.

Querem que o Congresso tenha também responsabilidade na política?

— Nessa política. Não tenho a menor dúvida de que dessa situação emergirá uma situação onde todas as negociações internacionais expressivas passem a exigir o respaldo político. Portanto, a segunda terá, inexoravelmente, que ter o respaldo do Congresso, mesmo porque eu não vejo na prática nenhuma condição de implementar uma negociação a longo prazo sem algumas alterações legais, internas, com relação à responsabilidade da dívida. Acho que a renegociação vai ter como corolário necessário a desvalorização da economia e a concentração de toda a dívida, ou do Governo, no Banco Central, ou afinal de contas, num órgão do Governo.

Dr. Setúbal, essas negociações desse nível, envolvendo evidentemente a conjuntura externa e interna, elas implicam, quase sempre, isso é histórico e comprovado em modificações importantes nas chamadas estruturas de Poder e de Governo. O sr. vê alguma mudança nesse sentido a curto prazo?

— Creio que já houve. No dia em que o presidente Figueiredo foi à TV e fez um pronunciamento numa linha completamente diferente das anteriores, onde ele simplesmente reafirmava a sua confiança na área econômica e dizia que a única solução era continuarmos sem mudar a linha da política econômica, para esse pronunciamento, onde o Presidente faz um apelo aos partidos, e acena para uma negociação política, há uma diferença imensa. Portanto, já houve uma profunda alteração naquilo que se poderia chamar de relação de poder.

O sr. acredita que esse desejo de negociação permeia o Governo como um todo? Porque talvez, hoje, haja, setores do Governo que não apreciam muito a idéia.

— De público o Governo procura manter uma unidade aparente. Tem a impressão que essa unidade é de fachada. Há sempre rumores nos setores mais próximos ao Governo, em que está havendo realmente uma dúvida. As autoridades monetárias ainda continuam firmemente arraigadas à necessidade da aprovação, basicamente, do 2.045. Cabe à política do Governo, querendo negociar dentro de uma realidade política, dando menor importância para as premissas econômicas e as premissas externas.

Mas, o sr. está próximo de duas realidades que nos permitem fazer uma pergunta bem simples: quem que o sr. acha que acredita mais no nosso comando econômico: são os banqueiros ou os congressistas? Os banqueiros internacionais?

— Acho que os banqueiros internacionais são muito pragmáticos. Eles têm muito mais convicção na estrutura de Governo do que das pessoas. Por exemplo, a saída do presidente do Banco Central em nada modificou a visão externa sobre o Brasil. Acho que a visão é da política de um Governo. A mudança de um homem não é nada; eles estão habituados a ver os homens subir e descer pelo mundo inteiro, sem se impressionarem muito com isso. No fundo, eles são muito mais impressionados pela cultura do país, pelo modo com que o país se comporta, pelos valores nos quais o país acredita e com os objetivos que o país tem. Isso, acho que impressiona mais os banqueiros do que os homens que, num dado momento, estão à testa do Governo.

O sr. continua freqüentando o Palácio?

— Realmente, eu só vou com fraque e casaca, nas ocasiões oficiais; não tenho nenhuma intimidade no Palácio.

Mas a impressão que se tem, ao freqüentar o Palácio do Planalto, é que se o Delfim Netto sair do comando da política econômica o País vem abaixo.

— Acho que isso decorre da visão do Presidente da República, que disse que o Delfim iria com ele até o fim. Na medida em que o Presidente da República faz, ou pelo menos não desmente, afirmativas que lhe são imputadas nessa linha por pessoas responsáveis, deputados e homens do mundo político, a ruptura de uma linha afirmada com tanta veemência em outros pronunciamentos do Presidente da República, como: não mudo a minha linha econômica", "não mudo a equipe", "no meio do rio não se troca de tripulação no barco", etc, todas essas declarações fazem com que, alterando-se isso, haja um clima realmente de grande choque.

Dr. Setúbal, mas um dos grandes fuxicos recentes aqui, da corte, dá conta de que o ex-ministro Roberto Campos esteve com o ministro Leitão de Abreu e tentou vender o seu passe para comandar a área econômica. O sr. tem notícia disso?

— Não. Não tenho nenhuma notícia disso. Mas o ex-ministro Roberto Campos, senador hoje por Mato Grosso, é uma pessoa extremamente envolvida nos problemas econômicos, desde a sua juventude, e especialmente nas negociações econômicas, tendo participado em todas as maiores negociações do País nestes últimos 30 anos. De modo que é natural que a sua opinião seja ouvida pelo Governo. Quanto ao seu desejo de participar do Governo, eu digo que todos os que estiveram no Governo, ou quase todos os que participaram num dado momento do Governo, têm desejo de voltar ao Governo.

- Não, mas o passe é o seu.

- Ah, o meu?!!? (risada) Acho que a minha surpresa ficou registrada no gravador. Eu não tinha entendido isso de forma nenhuma.

Fala-se do seu...

— Isso me surpreende totalmente, não tenho a menor notícia, e me deixa totalmente surpreso. Nunca ouvi falar nisso.

Mas, independente da sua surpresa, o sr. acredita que seria mais fácil a negociação, interna e externa, com a atual equipe de Governo ou havendo uma troca na equipe?

— Olha, no momento, o que é importante é saber quem é capaz de negociar com o Congresso cional. Se essa equipe ou outra equipe.

Quem o sr. acha que é?

— Acho que é o Presidente da República. Agora, se essa equipe econômica vai chegar a bom resultado ou não; não sei. Eu não sei nem se terá tempo para trocar a equipe, para tentar a negociação a tempo, ainda.

O sr. acha que a negociação com o Congresso Nacional, começa a por chamar o PTB ao Palácio? Vão repetir isso outra vez?

— É uma solução muito pobre essa.

Vai ser apresentada

— Acho que é uma solução pobre no sentido político. Seria tentar ganhar por um em dois votos, num consenso. Ela pode servir para uma emergência. Mas, certamente, não é o embasamento que o Brasil precisa para enfrentar a crise da dimensão que hoje tem a nível internacional. Acho que isso não atende aquilo que o americano chama de uma maioria clara, uma maioria nítida, só é uma maioria eventual. Isso não gerará uma confiança para um prazo longo; pode servir para atender a este fim de ano.

Agora, numa dificuldade de ordem política como essa, o Sr. se lembra com muitas saudades do PP, não?

— Sem a menor dúvida. Ontem, ainda aqui, em Brasília, jantando com o meu caro amigo, o deputado Thales Ramalho, nós mutualmente nos consolávamos de ter tido uma visão farta, no momento talvez errado, de criar o PP. Que hoje seria, sem dúvida, uma grande solução para o País, porque tenho certeza que negociaria com o Governo politicamente, no nível que o Brasil precisa neste momento, para enfrentar a crise interna e externa que estamos atravessando.

Agora, a nível dos grandes grupamentos sociais que compõem a Nação, empresários, estudantes, professores, intelectuais, políticos, quem é que apóia o Governo, hoje?

— O presidente da República ainda tem o apoio da Nação. O Governo, se entendido como a somatória das decisões que são atribuídas à máquina estatal, acho que pouquíssimas.

— Podemos passar um pouquinho para a parte interna. A questão dos juros. O Sr. coloca como um fato importante a desdolarização. Há correntes, inclusive de empresários e banqueiros que apontam essa vinculação excessiva com o dólar como a principal causa de estarem os juros reais em torno de 35%, aqui dentro, atualmente. E há quem diga que sem essa desdolarização não se pode baixar o custo real do dinheiro aqui dentro. o Sr. concorda com isso?

> *Dentro de algum tempo, negociações externas terão que ter o respaldo da classe política*

— Concordo. É muito fácil explicar isso. Não tem problema misterioso nenhum. O título básico do **open market** é a ORTN com cláusula cambial.

— Foi colocado um trilhão de cruzeiros há pouco...

— Nem sabia ainda disso. Quanto foi vendido?

— Foi vendido o correspondente, em cruzeiros, à retirada de um trilhão de cruzeiros.

— Então, veja. Quando o **open market** está alicerçado em ORTN com cláusula cambial, ou os intermediários financeiros ganham uma fábula, ou pela competição eles pagam uma taxa de juro no mercado igual à desvalorização cambial mais os juros que a ORTN paga. Portanto, o patamar que nasce automaticamente, em média, no **open market**, vai ser um patamar regido pela taxa de desvalorização do dólar. É automático isso. Isso faz um patamar no mercado. Se os outros patamares forem mais baixos do que esse, ou eles sobem ou desaparecem, ninguém compra. Então, o que gera essa situação é uma taxa de juros elevadíssima para letra de câmbio, para o depósito a prazo fixo, para os outros instrumentos no mercado financeiro. Evidentemente, sobre tudo isso tem ainda os custos de captação e, daí, chegamos ao custo de empréstimo nos níveis astronômicos que estão hoje, se ainda somarmos a tudo isso os impostos na captação e na aplicação.

— Juntando isso, com a política monetária apertada que eles estão exercendo, o Sr. não vê nenhuma possibilidade de queda dos juros, só pelo corte do déficit público...

— De jeito nenhum. Isso aí é um processo longuérrimo. Não vejo nenhuma possibilidade do juro cair a curtíssimo prazo. Porque, entre terminar o déficit público e começar a haver uma mudança no mercado, há uma inércia do mercado longo — o mercado não reage assim, matematicamente, ele vai reagindo em função de uma série de conjunturas, expectativas etc. De maneira que, no momento, o mercado está com taxas de juros com tendência alta porque a expectativa é de alta.

— A recessão também, a paralisação das atividades econômicas, a um nível bastante baixo das empresas continuará. Porque não...

— Há vários fatores que estão levando a essa paralisação. Há uma dúvida na atuação, no desdobramento da crise econômica. Todo mundo está vendo essa dúvida. Nós mesmo, que hoje viemos aqui, estamos discutindo em Brasília, não sabemos o Congresso, amanhã, que atitude vai tomar. Essa dúvida se reflete na atividade do empresário normal, que talvez até nem saiba bem explicitar; ele fica com insegurança. O que vai acontecer? Ele está na dúvida das coisas. Isso é um fator restritivo da atividade econômica. O sistema financeiro está extremamente tensionado por esta dúvida e mais: pelas concordatas e falência que aconteceram nestes últimos tempos, que geraram uma tensão muito grande. Toda a política do governo no momento voltada e toda a sua ação voltada, a resolver a crise de curto prazo, ninguém planejando a médio e longo prazo, nem coisa nenhuma desse tipo. Em maneira que é natural que não haja uma aceleração da atividade econômica.

— Mas veja. Pela proposta, do Sr. essa situação recessiva, então vai continuar por longo tempo, porque só seria resolvido o problema dos juros na segunda parte, quando se promovesse a desdolarização. E até lá, Dr. Olavo?

— Espera aí. Estou propondo uma etapa imediata de negociação da dívida externa. A segunda etapa da negociação, a médio e longo prazo, nada impede, pelo contrário, exige que o Brasil tome uma série de medidas. A desdolarização pode se dar independente da segunda etapa de negociação, não tem nada que as obrigue. Isso aí é absolutamente independente.

— Só através da ação, acabando com as OR cambiais, e criando um mercado futuro...

— O que é um negócio complicadíssimo. Veja, não há solução simples para o Brasil. Quando se chega a uma crise, quando uma pessoa está com uma doença muito complicada, todas as soluções simples já foram tentadas. A Cafiaspirina está há séculos atrás, já se está na ponte de safena há muito tempo. então, o problema do Brasil não será resolvido de uma forma simples e fácil, será, sem a menor dúvida, uma solução complexa política, negociada, com uma série de incertezas. Mas não vamos escapar delas.

— Só para completar essa parte da área interna. Se fosse seguido esse plano o Sr. uma vez feita a renegociação externa, obtido o prazo mais longo que nós precisamos, aí seria possível, na sua opinião, tirar decretos como o 2045, voltar à política salarial, que favorece o aumento do poder aquisitivo, ou isso o Sr. acha que tem que continuar por alguns anos?

— É muita futurologia imaginar o que vai acontecer, daqui a dois ou três anos, num cenário tão conturbado quanto este do Brasil. Acho que esse não pode ser o objetivo. O objetivo do Brasil é tirar o mais rapidamente possível o 2045 e medidas semelhantes e voltarmos a um crescimento dos salários reais de todos. Mas os salários reais só podem crescer na medida em que a economia cresce. Numa economia estagnada, o crescimento de salários reais de alguém vai ser feito à custa de outros segmentos, quando essa transferência é sempre traumática e dificilmente pacífica, na prática. Então, esse tipo de acomodação só se dará de uma forma ordenada numa expansão da economia. E a expansão da economia, que é o objetivo universal e do Brasil, mais do que em qualquer outro país, pela nossa taxa de crescimento, pelo nosso nível já de um lado, de desenvolvimento, e de outro lado de atraso, nós teremos que enfrentar imediatamente. Dentro desse horizonte vejo a sucessão presidencial como ponto fundamental. Acho que o programa de recuperação da economia tem que ser a plataforma do próximo presidente da República, isso é inexorável. Estamos há um ano e meio da posse do próximo presidente da República, estamos portanto, certamente, a menos de seis meses da escolha dos candidatos. Os candidatos terão que apresentar os seus programas. De maneira que acho inexorável que esses planos de médio e longo prazo acabem se inserindo nas plataformas dos candidatos à Presidência da República e pela Nação seja discutidos, nem que sejam somente em nível acadêmico, ou no nível dos meios de comunicação. Mas, vai ser nesse tipo de discussão que nascerá a linha de ação do próximo presidente da República.

> *O PP hoje, seria uma grande solução para o País porque ele iria negociar também com o Governo*

O sr. não acha que a crise anda muito maior do que os homens, não?

— Os fatos estão arrastando o País. Estão na frente até do Governo. O Governo está sendo arrastado pelos fatos. A gente nota isso com nutidez. Não queria ir para o Fundo, foi para o Fundo; não queria ir para a negociação, foi para a segunda renegociação; não queria fazer uma negociação política, foi para a negociação política. Então, os fatos estão arrastando o Governo.

Para não falarmos de gente viva, vamos falar dos mortos. Getúlio Vargas, Juscelino ou Castello Branco. Qual o sr. acha que seria o melhor neste momento?

— Olha, acho que o passado não se repete. Acho que não se pode imaginar que o mundo não tem um Napoleão hoje, porque ninguém nasceu com aquelas qualidades...

Mas tem gente que tem vontade de ser Napoleão...

As condições de hoje são muito diversas daquelas em que nasceu Getúlio Vargas. Há pouco tempo saiu aí um ensaio de um professor da PUC sobre a vida de Getúlio Vargas. Quando se lê o começo da vida de Getúlio Vargas no ambiente estancieiro do Rio Grande do Sul, na década de 20, não se imagina que isso fosse o Brasil de sessenta anos atrás. E a personalidade de Getúlio Vargas foi evoluindo como o autor muito bem mostra de 1920 até 1960; ele teve a grande capacidade de se ir adaptando ao ambiente que ia se transformando. De modo que Getúlio foi um dos grandes políticos. Talvez ele, no momento, fosse capaz, um homem com a capacidade dele, de se adaptar às condições de hoje, talvez fosse o mais conveniente. Mas Juscelino era um homem que só sabia ser otimista, não era um homem comedido, não era um homem regido por um planejamento rígido. Tenho a impressão que o momento exigiria mais, talvez um homem como um Castello, que era um homem de Estado-Maior, um homem com uma grande sensibilidade política, mas com uma grande visão nacional, orgânica e bem planejada. Mas, como os homens que estão aí não estão em questão, não adianta, temos que discutir a realidade, a realidade da sucessão presidencial no quadro existente.

WILSON PEDROSA

Setúbal: Cada vez mais saudades do falecido PP

O Maluf disse que o próximo Presidente da República deve ser um cidadão que já enfrentou uma folha de pagamento.

— Essas simplificações para mim, não dizem nada. Acho que essa visão de que precisa ser um empresário é tão abstrata quanto dizer que precisa ser um militar, ou dizer que precisa ser um padre. Acho que as qualidades para presidente da República são totalmente diferentes das qualidades para o empresário de sucesso, para o general que comanda batalha, ou para um padre que seja capaz de converter ou de conduzir uma grande comunidade para extraordinários feitos no campo religioso. Acho que o presidente da República tem que ser o grande líder político da Nação. E isso é uma definição que não descrição; é uma decisão que todos têm que entender o que isso significa.

E quem entende o que significa isso?

— Cada um sente quem é homem que atende isso. É um problema emocional, ou quase, que nasce da convicção de que o homem resolva os problemas. E essa convicção não nasce do passado, do curriculum da sapiência ou da ignorância, nasce de uma confiança, que é um processo extremamente difícil de ser medido ou de ser manuseado. É um processo do qual nasce o grande líder, é um processo que está integrado no conjunto do comportamento humano, e não seria eu, que não sou um psicólogo, nem individual, nem de massas, nem um sociólogo, que faria uma digressão sobre esse tipo de psicologia das massas, ou semelhante.

Mas, das candidaturas que estão colocadas aí, o sr. vê algumas delas em condições de atender a esse perfil.

— Acho que, no momento teríamos que analisar vários ângulos. Primeiro o quadro não sofre nenhuma mudança, e por não sofrer nenhuma mudança, eu diria, os partidos ficam tal qual estão. E vamos para o Colégio Eleitoral, uma eleição indireta, exatamente como no momento está legalmente planejado. Dentro desta realidade, eu diria que o homem que tenha o consenso do segmento mais dinâmico, mais moderno da Nação, da classe média mais dinâmica, tenho a impressão que é o atual vice-presidente da República o dr. Aureliano Chaves.

O sr. já disse que tem saudades do PP e agora o sr. acenou com a possibilidade de uma mudança no quadro pré-eleitoral, com a votação não correspondendo rigidamente às linhas dos atuais partidos. Como um dos articuladores do PP, o sr. acha que talvez o PP volte antes das eleições?

— Acho que se, os candidatos à presidência da República gerarem rupturas profundas nos dois partidos majoritários, o PP renascerá. Caso os partidos se unifiquem em torno dos seus candidatos, o PP não terá condições de reaparecer nessa conjuntura. Acho que o reaparecimento está inteiramente ligado à ruptura interna dos partidos. Não há tempo nem condições para fazer uma montagem a partir das bases eleitorais, e nem sei se a atual legislação e a atual estrutura política o permitiriam. De maneira que vejo a eleição, o renascimento do PP como intimamente ligado à escolha dos candidatos à presidência da República. Se houver um esfacelamento dos partidos devido à escolha, o PP nascerá inexoravelmente.

O sr. acha que voltará a tempo de participar do colégio eleitoral como uma entidade com vida própria?

— Isso seria complexo, do ponto de vista jurídico, mas dizem os especialistas que será possível fazer isso a tempo.

O Tancredo iria gostar muito, não?

— O cidadão Tancredo Neves é, sem a menor dúvida, uma das mais importantes figuras e uma das mais qualificadas figuras do cenário nacional. Tem todas as condições para ser presidente da República, sem a menor dúvida.

Mas o sr. pensa um PP com Aureliano ou um PP com Tancredo?

— Eu penso um PP como uma esperança do centro político do País. Se ele não vier como uma esperança de uma ação diferente, ele torna a desaparecer no primeiro embate político — como aconteceu com a primeira tentativa. Não sou teimoso, aguardo a segunda tentativa para ainda não desistir dessa idéia.

Agora, o sr. mencionou o PP como um partido basicamente de classe média. O PP teria votos?

— Eu não tenho dúvidas de que teria uma base eleitoral muito importante, e que poderia vir a ser o grande partido do equilíbrio brasileiro no momento, porque acho que nós ainda temos que desenvolver muito a nossa vivência democrática para chegarmos à estabilização dos partidos. O PDS é o herdeiro do PSD, da UDN, dos velhos partidos que integraram os remanescentes de uma oligarquia que por sua vez tinha sido destruída em 1930; na verdade, ele representou sempre os homens que governaram o País. Sempre foi a elite dirigente do País que se organizou em torno de diversas siglas, mas essa elite dirigente é que conduziu o País ao longo desses últimos 50 anos ou mais. O PMDB nasce na tradição do Partido Democrático, dos partidos que vieram parcialmente com UDN, como contestadores do outro partido. Mas nenhum deles têm uma nítida bandeira econômica, nenhum deles tem uma nítida bandeira social. Todos são fluidos; lendo-se os manifestos dos dois, eles são muito semelhantes, porque ainda estamos na política brasileira na base de prometer tudo e para todos os segmentos ao mesmo tempo. De maneira que todos se igualam, de certa forma, na sua falsidade, porque é uma equação inviável, prometer para os ricos ficarem mais ricos, para os pobres ficarem ricos, para não tirar dinheiro de ninguém, para todos viverem no paraíso. De modo que ainda estamos um pouco na fase nebulosa da política. Mas isso vai acabar. Em um dado momento, os partidos vão assumir a responsabilidade de serem representantivos de segmentos e de programas definidos, que outros combaterão, não em função dos homens, mas em função dos programas. Neste instante, a política brasileira terá vivido um novo patamar.

Agora, este novo patamar romperá os partidos velhos. Os partidos velhos foram alianças de conveniências, e esses partidos não têm uma unidade e nenhuma bandeira. Mas, no momento, é a isso a que a sociedade brasileira está habituada, ainda está vivendo essa fase. Em dado momento, esse quadro se alterará totalmente para um quadro com bandeiras políticas e econômicas muito nítidas, ou bem mais nítidas do que hoje. Aí estes partidos todos alterarão a sua composição ou terão rupturas que levarão a novos partidos.

Agora, o Sr. vê para unidade no PP, um PP que tinha Chagas Freitas?

— Não. Ele morreu por causa disso. Não tinha. Ele tinha uma certa unidade de São Paulo para baixo, mas não tinha unidade nenhuma de São Paulo para o norte. Foi isso que aconteceu.

Pela lógica que o sr. está colocando, então, o único partido que tem unidade ideológica no Brasil é o PT?

— Olha, eu diria que mais unidade ideológica tem PC, o clandestino PC B, embora sem voto. O PT, ao meu ver, ainda é um partido experimental. Nunca houve um partido obreiro que tivesse conseguido sucesso num cenário democrático de caráter ocidental, normal. Vamos dizer, na democracia ocidental. Acho que a democracia ocidental tem repelido até hoje os partidos obreiros. Talvez a Inglaterra, no momento, caminhe para ter um partido trabalhista nesta linha. Mas ele está perdendo o poder, ele está se afastando, aparentemente, do poder na Inglaterra. Na medida em que ele tomou uma linha muito nítida, obreirista, o Partido Trabalhista inglês, caiu de um partido majoritário para um partido que estaria representando mais ou menos 1/4 dos votos da Inglaterra.

O sr. não acha que o Partido Socialista Operário Espanhol, que está no poder, é obreiro?

— Não. De jeito nenhum. Pelo contrário, ele teve uma votação grande da classe média, de segmentos intelecutuais, teve todo o apoio daquilo que é a tecnocracia, ou certas faixas da tecnocracia nova, jovem. Não acho que seja isso. Nisso está exatamente a grande sabedoria do líder Felipe Gonzalez. Ele saiu do partido enquanto o partido não tirou do seu programa o conceito marxista, e só voltou depois. O mesmo que o Social-Democrata Alemão que nasceu como um partido comunista, que nasceu como um partido marxista, e se transformou, depois de Batten e Jolds, logo depois da guerra, num partido social democrata. Então, acho que na Espanha o Partido Socialista caminha para um socialismo senão social democrata, pelo menos num socialismo a la Miterrand, que é um socialismo francês, que têm raízes históricas, mas cuja ação é eminentemente na linha tradicional da cultura econômica ocidental. O Plano Delors é taxado pela oposição francesa como um plano mais rigoroso na ortodoxia econômica do que o plano do antigo ministro Barre. Não sei se é verdade, mas provavelmente eles se equivalem na sua ortodoxia. Isso demonstra que, inserido no Mercado Comum Europeu, o Páis acaba adotando a cultura econômica. Ele não vai conseguir fugir disso, da realidade econômica que envolve o Mercado Comum. A grande justificativa do plano Delors é que na Alemanha não tem inflação, tem melhor produtividade e a França precisa competir com a Alemanha dentro do Mercado. Então, é preciso adotar medidas semelhantes.

Dr. Setúbal, só para continuar na realidade espanhola, aí. Aqui se diz no Brasil, o sr. mesmo colocou aí, que falta um ano e meio para terminar este Governo. A expressão é exata. É esta mesma, falta um ano e meio para terminar. O sr. acha que o País resiste sem um tipo de pacto qualquer?

— Um ano e meio. Acho que neste instante estamos vivendo um certo aspecto de pacto. No momento em que o PDS está negociando no Congresso com os outros partidos um programa básico, ou as condições básicas para desenvolver um plano de um ano e meio, um pouco mais, na prática, em fins de 84. No plano com o Fundo Monetário Internacional, ele está negociando um pacto de transição, a meu ver. Agora, como o pacto está sendo colocado de uma maneira muito cuidadosa, muito pouco ambiciosa, é possível que não tenha a dinâmica suficiente para enfrentar a realidade do momento. Acho que isso precisaria ser o início de um programa mais ambicioso do que simplesmente em torno do Decreto 2045. Porque, senão, vamos ter mais dificuldades para a frente. Não sei se nem essa premissa, ninguém hoje é capaz de assegurar que será esse o seu nome, os que asseguram mesmo com convicção dizem que não terá. Os outros têm um pouco de dúvida. Se tivéssemos que avaliar números, acho que todos aqui diriam que é mais provável que não passe do que passa.

Agora tenho uma outra pergunta, também. Coloca-se o seguinte: o Grupo dos Onze, ele se transformou, evidentemente, num instrumento importante dessa negociação, que estamos falando a respeito. Mas, é verdade, que se diz, também que, Brasília é uma cidade muito maledicente. Em verdade o Grupo dos Onze é o lugar onde o Roberto Campos pensa, o Pratini fala e o Delfim repele. Como sair disso?

- Deixa eu sair de Brasília. Quem é que passa essas maledicências? Vão para São Paulo para ouvir o que estão dizendo. Lá, disseram que o documento dos Onze, meia dúzia de empresários leu, jornalistas escreveram e ninguém sabe o que é nem para onde vai.

> *Aureliano Chaves tem o consenso do segmento que é o mais dinâmico, a classe média...*

Dentro dessa questão do Grupo dos Onze, o sr. disse agora há pouco que acha que tem que chegar uma época em que os partidos vão superar uma fase de prometer tudo sem dizer de onde se vai tirar etc. O sr. disse também que a sua proposta se aproxima bastante da proposta do Grupo dos Onze...

— Espera aí. A minha proposta se aproxima da do Grupo dos Onze no único ponto em que eu fiz propostas. O Grupo dos Onze fez propostas sobre quinhentos pontos. Só fiz uma proposta sobre renegociação da dívida, e eles fizeram uma proposta sobre toda a política.

Mas a proposta, o senhor também concorda...?

— Eu concordo, como a outros pontos, mesmo porque fiz um depoimento para o Grupo dos Onze, e pelo menos algumas idéias, da desdolarização, acho que eles incluíram no programa que coincide com o meu depoimento.

O sr. não apoiaria o plano como um todo?

— Acho que o plano como um todo é uma base muito boa para negociação, mas é um plano que ainda tem muito de idéias gerais, e pouco de idéias concretas, está certo? Acho que ele é uma base para negociação.

O sr. acha que a proposta do grupo dos onze, é eficiente nesse sentido de distribuir melhor os encargos?

— Eu suponho como uma tese básica para a negociação de uma solução. Acho que isso tem a ver mesmo. Acho que a Nação inteira está certa. E mesmo o Grupo dos Onze convocou muitos dos empresários do Fórum da **Gazeta Mercantil**. Pelo menos no dia que eu estava lá, tinha 3, também, outros como o sr. Jorge Gerdau e o José Mindlim, estavam prestando depoimento a pessoas que eram do Grupo da **Gazeta Mercantil**. De maneira que acho que um certo grau de influência os empresários tiveram, são os empresários que assinaram o manifesto do Fórum da **Gazeta Mercantil**.